

# O atendimento à queixa escolar na educação pública baiana

**Resumo:** O presente artigo apresenta aspectos de uma pesquisa que objetivou identificar e analisar concepções e práticas de psicólogos da rede pública de educação baiana em relação à queixa escolar, dando ênfase aos processos de psicologização da educação. Em um Estado marcado por altos índices de analfabetismo, reprovação e evasão escolar, os alunos que não correspondem às expectativas da escola são encaminhados para serviços especializados de psicologia, revelando a suposição de que o fracasso é resultado de problemas individuais ou familiares que só podem ser resolvidos fora do âmbito escolar. A pesquisa buscou compreender o que psicólogos que atendem essa demanda entendem com relação ao fracasso escolar, visando analisar se tais profissionais incorporaram uma leitura crítica do fenômeno. Participaram da pesquisa 68,3% dos psicólogos que atuam na rede pública de educação baiana, os quais responderam a um questionário com perguntas relativas à sua formação, concepções e práticas. A análise dos questionários aponta o predomínio da prática psicologizante no atendimento à queixa escolar, já que os psicólogos pouco investigam aspectos da história escolar dos alunos encaminhados, realizando, ao contrário, aplicação de testes de inteligência e personalidade, bem como psicoterapia individual à criança e orientação de pais. Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de romper com esse olhar, propondo aos psicólogos uma leitura crítica do fracasso escolar, que atinge uma massa populacional significativa e cuja superação deverá ser enfrentada por políticas públicas consistentes no campo da educação.

**Palavras-chave:** queixa escolar, psicologização; educação básica.

Lygia Sousa Viegas  
Faculdade de Educação  
Universidade Federal da Bahia  
lyoviegas@uol.com.br

## Introdução

O presente artigo apresenta a pesquisa realizada objetivando identificar e analisar concepções e práticas desenvolvidas por psicólogos que trabalham no ensino público baiano. Tal estudo insere-se em pesquisa mais ampla, realizada em outros seis estados brasileiros (Acre, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo), visando compreender em que medida tal atuação apresenta elementos pertinentes às discussões recentes na área de Psicologia Escolar e Educacional em busca do ensino de qualidade para todos.

Não é novidade que a educação pública brasileira, e o estado da Bahia afina-se a esse quadro, está historicamente marcada por histórias de fracasso, comumente revelado pelos altos índices de exclusão escolar, fenômeno que envolve não apenas o não acesso ou evasão, que seria a exclusão da escola, mas também a reprovação ou o baixo desempenho escolar, ou a exclusão na escola. (FERRARO, 1999)

À revelia de toda a complexidade envolvida no fracasso escolar (PATTO, 1990), é comum que, diante de casos de crianças que não aprendem ou não se comportam como o esperado na escola, o psicólogo seja acionado; e, munido de uma perspectiva tradicional de atuação, a partir de um modelo clínico de caráter biomédico, realize psicodiagnóstico e encaminhe o aluno para terapia individual e familiar. (SOUZA, 1996) No entanto, essa forma de entender e atender a queixa escolar vem sendo criticada em profundidade, com destaque para a revolucionária obra de Maria Helena Souza Patto (1984; 1990; 2000; 2005; 2009; 2012), cuja produção intelectual contribuiu para a transformação radical da Psicologia Escolar e Educacional brasileira.

Diante desse cenário complexo, como tem se dado a apropriação da leitura crítica da psicologia escolar por profissionais que atuam na rede pública baiana de ensino? Suas práticas acompanharam as discussões relativas ao compromisso social do psicólogo com uma prática emancipatória frente à demanda escolar? Tais perguntas sustentaram a realização da pesquisa.

Reforçou a pertinência deste estudo o fato de que, até a sua realização, não havia na Bahia dados analisando o trabalho dos psicólogos no campo da educação pública, estudo que se fortalece ainda pelo fato de haver um crescimento vertiginoso de instituições formadoras de psicólogos em nível superior na Bahia. (ALMEIDA, 2015)

Assim, visando conhecer a atuação de psicólogos no campo educacional público baiano, bem como analisar a repercussão de pesquisas e proposições teórico-metodológicas em uma perspectiva crítica em psicologia escolar e educacional, a pesquisa realizou levantamento junto às Secretarias Estadual e Municipais de Educação da Bahia, produzindo um precioso mapa desta atuação profissional, bem como das concepções teóricas que lhe dão sustentação.

Esperamos que a pesquisa possa trazer contribuições para a compreensão da prática de psicólogos no campo da educação, abrindo novas perspectivas para a atuação e formação na Bahia. Também é expectativa que a pesquisa possa causar impactos no ensino público oferecido, na medida em que psicólogos poderão estar articulados com a qualidade da escola pública, e não mais reforçando a estigmatização de alunos, sobretudo das classes pobres.

## A psicologia escolar e educacional no Brasil

Abordar a atuação do psicólogo no campo da educação pública no Brasil é reconhecer, desde um primeiro momento, uma ruptura epistemológica importante que ganhou expressão, sobretudo a partir da década de 1980, atingindo não apenas a psicologia escolar e educacional, mas a psicologia como um todo. Trata-se de um movimento intenso de autocrítica, por meio do qual a psicologia como ciência e profissão passou a repensar seus principais conceitos e práticas, na direção do “compromisso social”. (BOCK, 2003)

Isso porque, instituída como profissão no Brasil há pouco mais de 50 anos (mais precisamente, em 27 de agosto de 1962), a psicologia brasileira, em sua origem, foi marcada por um olhar clínico, dominante desde o processo de formação nas instituições de ensino superior. De fato, conforme analisa Mello (1975), os primeiros currículos dos cursos de Psicologia eram marcados pelo caráter clínico e liberal, acentuado por disciplinas e estágios voltados para o atendimento individual, nos moldes do modelo médico de consultório.

Ao atrofiar outras áreas da psicologia, tal modelo hegemônico de formação afetou diretamente a psicologia escolar e educacional, quando o trabalho do psicólogo no campo da educação também passou a ser identificado com o modelo clínico de atendimento ao escolar, por meio da prática psicodiagnóstica (com forte influência psicométrica), psicoterapêutica e reeducativa. (SOUZA, 2010a) Segundo esse olhar, a escola seria um espaço ideal de aprendizagem, de forma que se a criança não se adapta a ela, isso seria reflexo de problemas individuais ou familiares a serem investigados e tratados na clínica psicológica individual.

No entanto, importantes pesquisas realizadas por Maria Helena Souza Patto passaram a questionar essas concepções e práticas dominantes no campo da psicologia escolar e educacional no Brasil, sendo considerados marcos significativos dois livros: *Psicologia e Ideologia* (1984) e *A produção do fracasso escolar* (1990), este último lançado em nova edição em 2015, além de revisada, com a inclusão de novos capítulos de outros autores, em especial de Souza e Amaral (2015), que voltaram às crianças acompanhadas na clássica pesquisa de Patto, apontando os impactos do fracasso escolar na vida futura dos mesmos.

Nessas duas obras, Patto apresenta uma análise histórico-crítica das concepções sobre o fracasso escolar, por meio da qual desvela aspectos da dinâmica de funcionamento das escolas brasileiras, e demonstra o quanto o olhar tradicional do psicólogo, embaçado pela ideologia, tende a psicologizar e individualizar as dificuldades vivenciadas na escolarização, operando com um mecanismo que culpa a vítima de um sistema altamente excludente.

Patto (1984, 1990) é quem primeiro denuncia que a leitura tradicional de fracasso escolar, defendida em diferentes teorias, serviu historicamente para justificar cientificamente as desigualdades sociais, vistas como mero reflexo de (in)capacidades individuais. Conforme Viégas e Souza (2014, p. 302), “A psicologia, nesse sentido, acabou centralizando seu papel no conformismo social, pois o capitalismo é visto como natural e inevitável”. Nessa lógica, cabe aos indivíduos saudáveis se adaptarem à sociedade, de forma que todo desejo de mudança e mal-estar seriam disfunções pessoais a serem tratadas. “Tal psicologia vem, assim, legitimar e manter a opressão. A escola, por sua vez, para além da alfabetização, teria o papel de adaptar indivíduos a uma realidade inquestionada, vista como natural e não historicamente construída” (idem, ibidem).

É inegável o impacto do trabalho de Patto na área de psicologia escolar e educacional no Brasil, como bem destaca Tanamachi (2000). De fato, a partir das críticas de Patto, um conjunto de psicólogos engajados passou a repensar o lugar da psicologia na educação. Em um jogo de palavras, pode-se afirmar que, a partir da crítica da psicologia escolar e educacional hegemônica, esse grupo passou a construir a psicologia escolar e educacional crítica. (VIÉGAS; RIBEIRO, 2014) Nesse movimento, considera-se outro marco significativo a publicação do livro *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. (MACHADO; SOUZA, 1997)

Reforça essa assertiva a análise de publicações na área de psicologia escolar e educacional no Brasil, realizada por Souza e colaboradores (2014), a qual desvela o fortalecimento dos “novos rumos” na área. De fato, para além de artigos científicos, diversos livros foram publicados, destacando-se os seguintes: Tanamachi, Proença & Rocha (2000); Meira e Antunes (2003a; 2003b); Viégas e Angelucci (2006); Rocha, Machado e Fernandes (2007); Souza (2007); Souza (2010b); Conselho Regional de Psicologia – São Paulo e Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (2010), Souza, Silva e Yamamoto (2014), Viégas e colaboradores (2014).

Como característica fundamental da psicologia escolar e educacional em uma perspectiva crítica, a análise dos problemas de escolarização centrada em questões históricas, políticas, sociais, pedagógicas e institucionais supera o olhar reducionista da psicologia. Assim, caberia ao psicólogo buscar formas de aproximação com a instituição educacional que não perdessem de vista que a escolarização é um bem universal, direito de todos a ser efetivado com qualidade (Souza, 2010a).

A leitura crítica da escolarização em uma sociedade de classes enfatiza, portanto, que o fracasso escolar sintetiza múltiplas determinações (políticas, históricas, econômicas, sociais, institucionais, pedagógicas, relacionais). Tal perspectiva, reiteramos, encontra na obra de Patto importante vetor, com destaque para uma ideia central: a de que devemos substituir o conceito de problemas de aprendizagem, expressão que supõe ser o problema do aprendiz ou, quando muito, da sua família, por problemas de escolarização, expressão mais ampla, que possibilita considerarmos a complexidade das dificuldades que o aluno é porta-voz. Tal ideia foi defendida primordialmente por Patto em artigo publicado originalmente em 1982, e republicado na 3ª edição revista e atualizada da coletânea *Introdução à Psicologia Escolar*. (PATTO, 1997)

Tal debate é fundamental, sobretudo quando se considera o crescimento vertiginoso de encaminhamentos de alunos, por parte da escola, para atendimento psicológico, apontado como característica da psicologização das dificuldades existentes no processo de ensino-aprendizagem, marcante nos discursos e práticas da escola. (CHECCHIA; SOUZA, 2003)

Nesse contexto, a pesquisa buscou conhecer as concepções e práticas de psicólogos que atuam na rede pública de ensino diante da demanda escolar, a fim de analisar se tais profissionais estão acompanhando este intenso debate que tomou corpo na área.

## Método

Para a produção da pesquisa, foram realizadas duas fases de coleta de dados: a) mapeamento geral dos serviços; b) análise da atuação profissional na área de educação.

O mapeamento geral dos serviços teve início no final de 2007. O primeiro contato foi estabelecido com a Secretaria Estadual de Educação, o qual foi bastante breve, já que fomos informados

(1) Vale ressaltar que, dentre as inovações no campo da psicologia escolar e educacional brasileira, há a construção de práticas clínicas que não operam com a lógica psicologizante. (Cf. ANGELUCCI, 2007)

que não havia psicólogos vinculados àquela secretaria. Assim, passamos a contatar os municípios. Novamente, obtivemos muitas respostas negativas, implicando na realização da pesquisa em todos os municípios baianos, além da inclusão de nova pergunta à pesquisa: no caso de não haver psicólogo na rede pública de ensino, há algum tipo de encaminhamento quando há demanda por esse profissional?

Tal tarefa tomou um tempo significativo da pesquisa, pois era difícil completar o contato telefônico, apesar da insistência. Além disso, o início da pesquisa coincidiu com o período eleitoral, da campanha à mudança de gestão, sendo raro encontrar funcionários disponíveis para atender uma solicitação fora daquela rotina.

Ao final, a tentativa de contatar todos os municípios baianos não foi concretizada, faltando a participação de 45 municípios. Assim, dos 417 municípios baianos, participaram da etapa de mapeamento 372 municípios, o que representa 89,2% do Estado, número considerado significativo, garantindo sua fidedignidade.

Tendo localizado os municípios que possuem psicólogos lotados na Secretaria de Educação, e considerando serem poucos profissionais, decidimos entrar em contato com todos. Foi possível o diálogo com a maioria desses profissionais ao menos uma vez. Foi enfrentada maior dificuldade no caso daqueles que atuam em escolas rurais, por não terem acesso a telefone fixo, celular e internet. Nesse processo, os psicólogos, de maneira geral, nos atenderam de forma solícita e demonstraram interesse em participar. Tal tarefa prolongou-se até agosto de 2009, quando demos por encerrada a etapa de coleta de dados.

Tendo concluído a etapa de coleta dos questionários, os dados foram analisados, por meio do tratamento estatístico e gráfico das respostas, possibilitando a construção de um mapa dos serviços que atendem aos encaminhamentos da escola, bem como da atuação do psicólogo na rede pública baiana de ensino, apresentado a seguir.

## Resultados

Dos 372 municípios contatados, apenas 32 têm psicólogos em sua equipe de funcionários da Secretaria de Educação. No caso dos municípios sem esse profissional, a pesquisa revela que os encaminhamentos adotados no caso de haver demanda envolvem, sobretudo: Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)

(163 municípios); Posto ou Secretaria de Saúde (69 municípios); Conselho Tutelar (16 municípios); Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (13 municípios) ou prefeitura (10 municípios). Outros 22 municípios afirmaram encaminhar os alunos para psicopedagogos. Outras respostas menos presentes foram: psicólogos particulares ou de municípios vizinhos; educação especial; professores da rede formados em psicologia ou o psicólogo de Recursos Humanos da prefeitura. Vale ressaltar que 31 municípios não souberam responder à pergunta; cinco afirmaram não precisar de psicólogos e 20 disseram não realizar nenhum encaminhamento, havendo, ainda, 20 municípios que afirmaram que pretendiam contratar psicólogos para a Educação.

(2) Ressaltamos que alguns municípios realizam mais de um encaminhamento (por exemplo, para o CRAS e para o Conselho Tutelar).

Dos 32 municípios com psicólogos atuando na Secretaria de Educação, a maioria possui apenas um profissional. Um dos municípios tinha sete psicólogos; outros quatro tinham dois psicólogos; além disso, um único psicólogo atuava em dois municípios distintos. Assim, localizamos 41 psicólogos atuando em 32 municípios.

Dos municípios com psicólogos, 21 participaram da pesquisa, o que representa 65,6% do total. Dos 41 psicólogos contatados, 28 responderam ao questionário, o que representa 68,3% do total. Tais números são considerados expressivos, garantindo, pois, fidedignidade do mapeamento do trabalho de psicólogos na educação pública baiana.

## Perfil dos psicólogos

O perfil do psicólogo que atua na rede pública baiana de educação foi traçado conforme as seguintes categorias: idade, sexo, cargo, tempo no cargo, função exercida, formação básica (tempo e instituição) e de pós-graduação (tempo de formação, tipo de curso e instituição). Tais dados são apresentados a seguir.

As idades dos 28 psicólogos participantes da pesquisa variam entre 25 e 54 anos. Do total de participantes, 26 eram do sexo feminino, o que representa 92,9%.

Sobre o cargo que ocupam na Secretaria de Educação, 23 participantes afirmaram ser o de psicólogo (82%), dois disseram psicólogo escolar (7,2%), havendo, ainda, um cargo de coordenação (3,6%) e um de professor (3,6%), sendo que um psicólogo não respondeu a pergunta (3,6%). Quanto à função, 21 psicólogos

anunciaram exercer a função de psicólogo (75%) e quatro a de psicólogos escolares (14,3%). Os outros três (10,7%) se referiram às seguintes funções: atendimento à família; psicoterapeuta; e coordenação de educação especial.

Quanto ao tempo de atuação na Secretaria de Educação, oito psicólogos trabalhavam há menos de um ano (28,6%); 13 entre um e três anos (46,4%); cinco entre três e seis anos (17,9%); e dois entre seis e nove anos (7,1%), não havendo profissionais há mais de nove anos na Secretaria.

Com relação ao tempo de formação em psicologia, constatou-se que metade dos psicólogos tinha até três anos de formação. Destes, 13 profissionais (46,4%) estavam formados entre um e três anos, e um há menos de um ano (3,6%). Além disso, três psicólogos estavam formados entre três e seis anos (10,7%), dois estavam formados entre seis e nove anos (7,1%); e oito psicólogos estavam formados há mais de nove anos (28,6%).

No que tange à instituição formadora, 20 psicólogos estudaram instituições particulares, o que representa 71,4% do total. Outros seis psicólogos estudaram em instituições federais (21,4%), e dois em instituições estaduais (7,2%).

Vale destacar que todos os psicólogos declararam ter realizado algum curso de pós-graduação, sendo que apenas um não respondeu a esta pergunta. A distribuição dos psicólogos nos cursos foi a seguinte: 22 fizeram especialização ou aprimoramento (78,6%); quatro fizeram atualização ou outros cursos (14,2%); e um estava no mestrado (3,6%).

No que se refere à área de tais cursos, a pesquisa organizou-as em quatro categorias: Educação, Clínica, a categoria híbrida Educação e Clínica (na qual foram reunidos cursos que abarcam o tema educação aliado a abordagens clínicas) e a categoria Outros (cursos em outras áreas da psicologia). A análise dos dados indica que seis profissionais realizaram cursos que transitam entre a clínica e a educação (21,4%), cinco psicólogos fizeram cursos na área clínica (17,9%); três fizeram cursos na área de educação (10,7%), e dez (35,7%) fizeram outros cursos. Quatro psicólogos não responderam à pergunta.

## Perfil da atuação dos psicólogos

O mapeamento da atuação dos psicólogos envolveu as seguintes categorias: níveis de ensino em que atuam público-alvo do trabalho, modalidades de atuação e filiação teórica.

Com relação aos níveis de ensino, destaca-se que 10 psicólogos (35,7%) trabalham no ensino médio e educação de jovens e adultos, cinco declararam atuar na educação especial ou educação inclusiva (17,9%), cinco trabalham simultaneamente na educação infantil e no ensino fundamental (17,9%), quatro trabalham apenas no ensino fundamental (14,3%) e um atua apenas na educação infantil (3,6%). Três psicólogos não responderam a pergunta.

Quanto ao público-alvo, as práticas dos psicólogos se dividem da seguinte maneira: 12 atuam junto a professores, pais, alunos e funcionários da escola (42,9%). Outros 10 trabalham com pais, alunos e professores (35,7%). Seis psicólogos atuam focalizando somente os alunos e suas famílias (21,4%). Nenhum psicólogo afirmou focalizar apenas professores e funcionários da escola.

No que tange às modalidades de atuação, os dados foram assim distribuídos: 18 psicólogos realizam avaliação psicológica dos alunos, associada a outras práticas (64,3%), sendo que dois realizam apenas avaliação psicológica (7,1%); 18 psicólogos realizam atendimento clínico à criança (64,3%). Houve 11 psicólogos que assinalaram trabalhar com formação de professores (39,3%); e 11 que realizam assessoria às escolas (39,3%). Dentre os psicólogos que se referiram às atividades acima, 11 afirmaram também desenvolver outros trabalhos (39,3%), aos quais se somam quatro psicólogos que só realizam outras atividades (14,3%). Ao especificá-las, eles citaram: acolhimento de alunos e famílias; encaminhamento de alunos para psicoterapia em outro órgão; oficinas de reflexões com alunos; grupos de pais; visitas às famílias de alunos; orientação comportamental; atendimento de crianças do conselho tutelar; trabalho comunitário; mediação de conflitos; grupos de reflexão com funcionários; participação em projetos desenvolvidos pela escola; intervenção no processo de inclusão; palestras nas escolas; e observações em sala de aula.

Análise de tais dados à luz das críticas consagradas na área (PATTO, 1984; SOUZA, 1996) desvela que a maioria dos psicólogos, diante das demandas escolares, realiza uma prática clínica tradicional, de contorno individualizante, havendo poucos

profissionais que ponham no centro questões institucionais. Assim, prevalece o uso de instrumentos padronizados de diagnóstico psicológico, e pouco comparecem práticas de assessoria à escola, formação de professores ou participação em projetos desenvolvidos pela escola.

No que se refere aos autores de base para a atuação, apenas um psicólogo não respondeu à pergunta, havendo outro profissional que afirmou não saber. Nos outros questionários, figuram diversos autores e correntes teóricas, além de sites na internet, com predominância dos seguintes autores e abordagens: Piaget, Vygotsky, Wallon, teoria sistêmica e psicanálise. Análise dos dados revela que 12 psicólogos citaram autores da educação e da clínica (42,8%); oito citaram apenas autores da educação (28,6%) e sete citaram apenas autores da clínica (25%).

## Discussão

A partir dos dados apresentados, é possível construir uma análise da atuação do psicólogo na rede pública de ensino na Bahia. Inicialmente, salta aos olhos que se trata de uma área ainda não consolidada, sendo pouquíssimos os municípios a terem esse profissional no quadro da secretaria de educação. Tal realidade ainda se faz presente na Bahia, haja visto que desde a realização da pesquisa de campo até o presente momento, a presença de profissionais da psicologia na rede pública de ensino segue sendo modesta.

Isso não significa que não haja a necessidade do psicólogo escolar e educacional na Bahia, mas que tal demanda está sendo encaminhada a outros setores já consolidados de atuação do psicólogo. Esse é o caso dos CRAS, para onde, segundo levantamento da pesquisa, um número representativo de alunos que enfrentam dificuldade no processo de escolarização está sendo encaminhado. De fato, o lugar do psicólogo está garantido no campo da Assistência Social, cujas políticas públicas, mesmo envoltas de contradições, avançaram nos últimos anos (BRASIL, 2004).

No caso dos psicólogos lotados na rede pública de ensino, destaca-se que eles haviam sido contratados, predominantemente, há até três anos, não havendo nenhum profissional há mais de nove anos. Tal fato parece indicar que a inclusão desse profissional no campo da educação pública é recente na Bahia.

Uma primeira análise do perfil profissional indica a presença maciça de mulheres, aspecto que confirma o quanto a psicologia permanece como profissão prioritariamente feminina. (BASTOS; GONDIM, 2010) Outro aspecto convergente com a pesquisa de Bastos e Gondim é que são profissionais ainda jovens, com uma média de 35 anos de idade.

No entanto, ao analisar o tempo de formação, diferentemente da pesquisa de Bastos e Gondim, deparamos com um profissional recém-formado. Também é significativa a realização de tal formação em instituições privadas (aspecto convergente à Bastos e Gondim).

Ora, considerando que tais profissionais são recém-contratados e também recém-formados, bem como considerando o recente movimento de construção da psicologia escolar e educacional em uma perspectiva crítica no Brasil, qual é o perfil de atuação dos psicólogos que participaram da pesquisa?

Atuando predominantemente no ensino médio e na educação de jovens e adultos, também é marcante a presença de psicólogos no ensino infantil e fundamental, seja simultaneamente, seja apenas em um desses níveis de ensino. Se por um lado, tal situação parece ter correlação com as políticas públicas de enfrentamento à realidade de analfabetismo no país, bem como dos índices de fracasso escolar sinalizados no início do artigo, ela indica, por outro lado, que a participação dos psicólogos nas políticas de inclusão é bastante tímida, aspecto a ser superado, já que a psicologia em muito tem contribuído com esse debate. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005)

Independentemente do nível de ensino em que atuam, todos os psicólogos afirmam ter os alunos e seus familiares como público-alvo, aos quais alguns psicólogos somam professores e funcionários. Tal característica, quando analisada em conjunto com as modalidades de atuação profissional, bem como os cursos de pós-graduação realizados, além dos autores que referenciam o trabalho, apresentados acima, reforça a análise de que predomina o modelo clínico tradicional nas concepções e práticas dos psicólogos participantes. De fato, poucos profissionais ultrapassam a prática psicodiagnóstica calcada em testes padronizados, ou a clínica tradicional, incorporando no atendimento das demandas escolares aspectos institucionais que possam contribuir com a potencialização da escola no enfrentamento de seus desafios.

No entanto, os debates no campo da psicologia escolar e educacional há mais de 30 anos destacam a importância de se incluir a instituição escolar no foco de análise e intervenção do psicólogo, assim superando as práticas clínicas tradicionais, que tendem a psicologizar o processo educativo, pouco contribuindo para a superação de seus entraves. Isso porque a clínica tradicional desconsidera as múltiplas determinações do fracasso escolar e focaliza o atendimento apenas no aluno e sua família, com contornos individualizantes. Daí predominar o uso de instrumentos padronizados de avaliação de crianças, os quais não alcançam a complexidade envolvida na queixa cujo papel da escola é central. (PATTO, 1984; SOUZA, 1996)

Tais críticas não implicam na defesa do abandono da modalidade clínica, mas a mesma deve ser repensada à luz do risco de patologização do fracasso escolar. Importante contribuição nesse sentido foi desenhada por Angelucci (2007), que sugere que o atendimento clínico da queixa escolar deve colocar no foco a experiência escolar do aluno, bem como a articulação com a escola, na direção de contribuir com a superação das situações que produzem o encaminhamento. A autora apresenta rica discussão acerca de atuação clínica não patologizante, apresentando dois casos: um em que houve parceria com a escola e outro em que a escola se recusou a participar.

Considerando que a psicologia escolar e educacional brasileira passou por importantes transformações nos últimos 30 anos, que incorporam inclusive uma prática clínica não patologizante do fracasso escolar, há de se tecer algumas críticas ao formato predominante de atuação de psicólogos que atuam na educação pública baiana, o qual persiste em uma modalidade tradicional, que reforça a patologização do fracasso escolar.

## Conclusões

A partir dos dados da pesquisa, é possível tecer algumas considerações finais. Inicialmente, destaca-se que na quase totalidade do Estado, as escolas apostam que o psicólogo pode contribuir com o enfrentamento do fracasso escolar, aspecto denotado nos encaminhamentos realizados por quase todos os

municípios. A pesquisa também desvelou que poucos municípios possuem psicólogos nas secretarias de educação. Assim, na maioria do Estado, as escolas têm encaminhado alunos para serviços públicos onde há esse profissional, com destaque para a assistência social e saúde. Cumpre, pois, pesquisar como tem sido a atuação de psicólogos no atendimento das demandas escolares nesses aparelhos, tarefa em andamento em pesquisa interinstitucional. (VIÉGAS et al. 2013).

No caso da presença desse profissional no âmbito da educação, a pesquisa mapeou tal realidade, apontando o seguinte perfil: são mulheres, jovens, recém-formadas, em instituições privadas de ensino superior, que cursaram alguma pós-graduação, mormente especialização, em outras áreas que não predominantemente a escolar/educacional. Diante das demandas escolares, tais profissionais realizam uma prática clínica e diagnóstica tradicional, com o predomínio do uso de instrumentos padronizados, aplicados nos alunos e suas famílias.

Tal formato de atuação vem sendo criticado por importantes pesquisadores brasileiros, com destaque para os clássicos estudos de Patto (1984) e Souza (1996). Com base em tais críticas, novas formas de entender e atender as demandas escolares passaram a ser criadas, havendo vasta produção na área, citada anteriormente.

No entanto, para que os psicólogos possam realizar uma prática crítica no atendimento às demandas escolares, é fundamental que os mesmos tenham acesso a essa produção contemporânea, o que deve se dar tanto no âmbito da formação básica em nível de graduação, quanto da pós-graduação na área.

No que toca à formação de psicólogos, faz-se mister reiterar as palavras de Patto (2005, p. 101), que defende que a mesma deve “ultrapassar o senso comum que impregna a maior das teorias psicológicas”, e “pensar seu próprio pensamento, a historicidade da Psicologia”. Ora, “as teorias são construções culturais que só podem ser entendidas se pensadas no interior da história econômica, social e política de um país”.

Assim, a pesquisa conclui ser fundamental fortalecer a formação crítica em psicologia escolar e educacional, visando, com isso, que os psicólogos possam efetivamente atuar na perspectiva de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino oferecido a alunos e das condições de trabalho docente, ou seja, que possam participar ativamente da superação da exclusão escolar na Bahia.

## Answering to school complaints in bahian's public educational system

This paper shows aspects of a research which aimed to identify and analyze concepts and practices of Bahian's public educational system's psychologists regarding school complaints and focusing on processes of psychologization of education. In a state notable for its high illiteracy, failure and dropout rates, students who do not meet the school's expectations are sent to specialized psychological services, revealing the supposition of failure as a result of individual or familiar problems. Therefore, their solution would always be outside the school environment. The research seeks to understand the psychologists' views of school failure, aiming to analyze if those professionals, who supply the schools' demand, incorporate a critical view of the phenomenon. The participants of the research, who answered a questionnaire regarding their education, concepts and practices, correspond to 63% of the professionals acting in Bahian's public educational system. The examination of the answers indicates the prevalence of psychologizing practices of school failure care, since the psychologists investigate very little of the student's school history choosing, on the other hand, to apply intelligence and personality tests, as much as individual psychotherapy to the kids and orientation to the parents. Hence, the research indicates the need to break away from this perspective, proposing instead a critical analysis of school failure once this problem reaches a huge section of the population and overcoming it involves facing consistent educational policies.

**Key words:** school complaint; psychologization; basic education.

## Referências

ALMEIDA, S. L. *Psicologia Escolar e Educacional na formação de psicólogos na Bahia: do desenho curricular à construção do trabalho docente*. 2015, 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ANGELUCCI, C. B. Por uma clínica da queixa escolar que não reproduza a lógica patologizante. In: SOUZA, B. P. *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 353-378.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BOCK, A. M. B. (Org.) *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004.

CHECCHIA, A. K. A.; SOUZA, M. P. R. Queixa escolar e atuação profissional: apontamentos para a formação de psicólogos. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. *Psicologia Escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 105-137.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (Org.). *Medicalização de*

*crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e direitos humanos. Educação inclusiva – Direitos Humanos na escola.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FERRARO, A. R. Diagnóstico da escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação.* ANPED, n. 12, p. 22-47, set./dez. 1999.

MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Org.) *Psicologia escolar: em busca de novos rumos.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Org.) *Psicologia escolar: teorias críticas.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003a.

MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Org.) *Psicologia escolar: práticas críticas.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003b.

MELLO, S. L. *Psicologia e Profissão em São Paulo.* São Paulo: Ática, 1975.

PATTO, M. H. S. *Psicologia e Ideologia: Uma introdução crítica à Psicologia Escolar.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

PATTO, M. H. S. O papel social e a formação do psicólogo: contribuição para um debate necessário. In: PATTO, M. H. S. *Introdução à psicologia escolar.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 459-468.

PATTO, M. H. S. *Mutações do cativo.* São Paulo: Hacker Editora/ EDUSP, 2000.

PATTO, M. H. S. *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PATTO, M. H. S. (Org.) *A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

PATTO, M. H. S. (Org.) *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.* 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Entremeios, 2015.

ROCHA, M. L.; MACHADO, A. M.; FERNANDES, A. M. D. (Org.) *Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, M. P. R. *A queixa escolar e a formação do psicólogo.* 1996. 287 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SOUZA, B. P. *Orientação à Queixa Escolar.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, M. P. R. A atuação do psicólogo na rede pública de educação: concepções, práticas e desafios. Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a.

SOUZA, M. P. R. *Ouvindo crianças na escola: abordagens qualitativas e desafios metodológicos para a psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010b.

SOUZA, M. P. R. et al. Atuação do psicólogo na educação: análise de publicações científicas brasileiras. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 38, p. 123-138, jun. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 29 mar. 2016.

SOUZA, M. P. R.; SILVA, S. M. C.; YAMAMOTO, K. *A atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOUZA, D. T. R. ; AMARAL, D. K. Quatro histórias de (re)provação escolar – notas sobre o rumo das vidas de Ângela, Nailton, Augusto e Humberto. In: PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Entremeios, 2015, p. 413-429.

TANAMACHI, E. R. Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em Psicologia Escolar. In: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. (Org.), *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p. 73-104.

TANAMACHI, E.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIÉGAS, L. S.; ANGELLUCCI, C. B. (Org.). *Políticas Públicas em Educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

VIÉGAS, L. S.; RIBEIRO, M. I. S. A produção da queixa escolar no contexto da educação básica: Reflexões sobre o fracasso escolar e a medicalização da educação. In: TENÓRIO, R. M; FERREIRA, R. A. (Org). *Educação básica na Bahia: das políticas ao cotidiano da escola*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 293- 320.

VIÉGAS, L. S. et al. *A atuação do psicólogo nos serviços públicos de Assistência Social e Saúde frente à demanda escolar na Bahia: concepções, práticas e inovações*. Salvador, 2013. Mimeo.

VIÉGAS, L. S. et al. (Org.). *Medicalização da educação e da sociedade: Ciência ou mito?* Salvador: EDUFBA, 2014.

**Submetido:** 23.10.2015 **Aprovado:** 29.02.2016